



Clamor pela esperança: Chamamento a uma ação decisiva

Não podemos servir a Deus e à opressão dos palestinos

Lançamento público: 1.º de julho de 2020

Nós, Kairós Palestina e o Kairós Global pela Justiça, uma coalizão de abrangência mundial, nascida em resposta ao Kairós Palestina “Momento de Verdade: uma palavra de fé, esperanças e amor a partir do coração do sofrimento palestino”, emitimos este chamamento urgente a cristãos, igrejas e instituições ecumênicas. Fazemos isso juntamente com pessoas cristãs comprometidas na Palestina e ao redor do mundo. **Este é um chamamento a uma ação decisiva** num assunto que cremos estar relacionado com a integridade de nossa fé cristã.

Chegamos a um ponto crítico na luta para pôr um fim à opressão do povo palestino. A adoção pelo Estado de Israel da Lei do Estado-Nação em 2018 legalizou a discriminação institucional em Israel e nos territórios palestinos, destituindo palestinos de seus direitos a viver, a sustento, e a um futuro em seu território. Ato recentes da administração estadunidense deram apoio ao projeto em curso de tomada de terra e de obtenção do controle sobre o território inteiro da Palestina. Esses incluem a transferência de sua embaixada a Jerusalém, ocorrida em 2018, o anúncio em 2019 de que o governo estadunidense não mais considera os assentamentos na Cisjordânia como “inconsistentes com o direito internacional” e o plano “Da Paz à Prosperidade”, de 2020. Abastecido pelo apoio estadunidense e estimulado pela resposta inefetiva da comunidade internacional, o governo de coalização de Israel, recentemente formado, limpou o caminho para a anexação pura e simples de aproximadamente um terço da Cisjordânia ocupada, incluindo o Vale do Jordão. Esses desenvolvimentos tornam tanto mais claro que chegamos ao fim da ilusão de que Israel e os poderes mundiais tenham a intenção de honrar e defender os direitos do povo palestino à dignidade, à autodeterminação e aos direitos humanos fundamentais, garantidos sob o direito internacional, incluindo o direito de retorno a refugiados palestinos. É chegado o tempo para a comunidade internacional, à luz desses eventos, reconhecer Israel como um estado de *apartheid* em termos do direito internacional.

Ao afirmar essa realidade, nos comparamos de que cabe a nós como pessoas seguidoras de Jesus a tomar uma ação decisiva. A verdadeira essência do ser igreja, a integridade da fé cristã e a credibilidade do evangelho estão em jogo. Declaramos que qualquer apoio à opressão do povo palestino, seja de forma passiva ou ativa, através do silêncio, da palavra ou da ação, é um pecado. Nós afirmamos que o apoio cristão ao sionismo como teologia e uma ideologia que legitimam o direito de um povo para negar os direitos humanos de outro é incompatível com a fé cristã e um grave abuso da Bíblia.

Conclamamos a todas as pessoas cristãs e as igrejas nos níveis congregacionais, denominacionais, nacionais e ecumênicos globais a engajarem-se num processo de estudo, reflexão e confissão concernente à destituição histórica e sistêmica dos direitos do povo palestino, e ao uso da Bíblia por parte de muitas pessoas para justificar e apoiar essa opressão. Conclamamos as igrejas a refletirem em como suas próprias tradições podem dar expressão ao dever sagrado de sustentar a integridade da igreja e da fé cristã concernentes a essa questão. Não podemos servir a Deus se permanecermos em silêncio quanto à opressão dos palestinos.

Ao encararmos este *kairós*, estamos conscientes do legado de fé e ação daquelas pessoas que vieram antes de nós e encararam circunstâncias de urgência e crise. Em 1933 o pastor e teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer declarou que a negação dos direitos de judeus por parte do regime nazista e a interferência do Estado nos assuntos de religião colocaram a Igreja em *status confessionis*. A Declaração de Barmen de 1934, reforçou a obrigação da Igreja de levantar-se contra a injustiça e a inequivocamente opor-se a ideologias de tirania. Em 1964 o primeiro secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Willem Visser 't Hooft, afirmou que racismo, como o *apartheid*, constitui um *status confessionis* para as igrejas. O CMI deu seguimento a essa palavra com ação em 1969 ao implementar seu Programa de Combate ao Racismo, programa corajoso e de longo alcance. Em 1977 a Federação Luterana Mundial (FLM) declarou que “o *apartheid* criou um *status confessionis* para a igreja” e em 1984 suspendeu as igrejas luteranas brancas da África Austral que praticavam o *apartheid*. Em 1982 a Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (WARC, na sigla em inglês) declarou o *apartheid* incompatível com a crença cristã e suspendeu as igrejas-membro que praticavam a separação racial. A Comunhão Mundial de Igrejas Reformadas (WCRC, na sigla em inglês) afirmou “que, com respeito à situação de injustiça e sofrimento que existe na Palestina e ao clamor da comunidade cristã palestina, está em jogo a integridade da fé e da prática cristãs”, e determinou que o secretário-geral desse início a seis passos diretos de ação. Desde 2009, surgiram documentos Kairós de organizações ecumênicas ao redor do mundo, em resposta ao Kairós “Momento de Verdade”, documento das pessoas cristãs palestinas, afirmando ação e provendo afirmação teológica desse chamamento profético lançado pelas igrejas palestinas.

Os tempos presentes clamam por ações que sejam ousadas, fiéis e resolutas. É chegado o tempo para decisão. “Clamamos como pessoas cristãs e como palestinos a nossos irmãos e irmãs cristãs nas igrejas ao redor do mundo” reza o documento Kairós Palestina de 2009. Oito anos após, em 2017, na Carta Aberta ao Conselho Mundial de Igrejas e ao movimento ecumênico, a Coalizão Nacional de Organizações na Palestina escreveu: “As questões são mais do que urgentes. Estamos à beira de um colapso catastrófico. Este não é um tempo para uma diplomacia rasa, comunidade cristã!” Agora, três anos após, este é um clamor de esperança a nossos irmãos e irmãs por todo o mundo. Convidamos a nossos parceiros cristãos, suas congregações locais, igrejas e organizações ecumênicas internacionais a receber e responder a nosso testemunho comum, a juntar-se ao processo de confissão e a iniciar processos que rejeitem formalmente a opressão do povo palestino e qualquer uso da Bíblia para justificar essa injustiça, comprometendo-se com as seguintes ações:

- **Iniciar processos** em níveis local, denominacional e ecumênico que reconheçam o presente *kairós* e a exigência urgente de ação decisiva concernente à negação dos direitos palestinos e ao abuso da Bíblia. Essas ações darão expressão à unidade da Igreja em seu compromisso de levantar-se contra a injustiça onde quer que ela se encontre.
- **Engajar em estudo** e discernimento concernente a teologias e compreensões da Bíblia que têm sido usadas para justificar a opressão do povo palestino. Oferecer teologias que conclamam profeticamente em favor de uma visão inclusiva de terra para israelenses e palestinos, afirmando que Deus criador é um Deus de amor, misericórdia e justiça, não de discriminação e opressão.
- **Afirmar o direito dos palestinos a resistirem** à ocupação, à destituição e à ab-rogação de seus direitos fundamentais, juntando-se aos palestinos em sua resistência criativa e não-violenta. O chamamento palestino de 2005 ao Boicote de Desinvestimento e Sanções (BDS) provê um marco de referência para medidas econômicas, culturais e acadêmicas, bem como para um apoio político direto como meio não-violento para colocar um fim à ocupação e à opressão. O propósito do BDS não é o de punir ou isolar Israel. É, ao invés, o de exercer pressão sobre Israel a que observe o direito internacional e que conclame seu governo e seu povo a, no espírito da Palavra de Deus, pô-

se nos caminhos da justiça e da paz, assim afirmando seus próprios direitos, bem como os direitos do povo palestino.

- **Demandar** também que os governos e os organismos mundiais empreguem meios políticos, diplomáticos e econômicos para deter as violações de Israel a direitos humanos e ao direito internacional.
- **Opor-se ao antissemitismo** trabalhando em favor de justiça contra o antijudaísmo, o racismo e a xenofobia; opor-se a que a crítica às ações injustas de Israel seja exposta como sendo equivalente a antissemitismo.
- **Apoiar iniciativas** entre israelenses e palestinos, bem como de parcerias inter-religiosas que combatam o *apartheid* e a ocupação, criando oportunidade de labor conjunto em favor de um futuro comum de respeito mútuo e dignidade.
- **Vir e ver** a realidade na Terra Santa com olhos compassivos quanto ao sofrimento de palestinos, colocando-se em solidariedade com iniciativas de base de parte de todas as crenças e de grupos seculares que desafiam a ocupação e que trabalham em prol de uma paz justa.

Fazemos este chamamento preocupados pelo futuro de ambos os povos. Nas palavras do Kairós Palestina, nosso chamamento está arraigado na *lógica do amor* que busca libertar ambos, o opressor e o oprimido, de modo a criar uma nova sociedade para todo o povo da Terra Santa. Mantemos firme a esperança articulada no documento Kairós de que palestinos e israelenses têm um futuro em comum – que “podemos organizar nossa vida política, com toda sua complexidade, de acordo com a lógica do amor e seu poder, após terminar a ocupação e estabelecer-se a justiça”. Como pessoas seguidoras de Jesus, nossa resposta a ideologias de exclusão e *apartheid* é a de erguer uma visão de inclusão e igualdade para todos os povos da terra e a pugnar persistentemente em favor de sua consecução.

Reconhecemos que com nosso compromisso como pessoas cristãs pela libertação do povo palestino postamo-nos contra a teologia do Império, uma ordem global de dominação que se manifesta em opressão racial, econômica, cultural e ecológica que ameaça a humanidade e toda a criação. Ao fazermos esta confissão, abraçamos nossa membresia na comunhão do pão partido, a Igreja cumprindo sua missão de trazer a boa nova do dom de Deus, dom de amor, misericórdia, compaixão e vida abundante para todas as pessoas.

S.B. Michel Sabbah

S.B. Michel Sabbah

Patriarca Emérito: Patriarcado Latino de Jerusalém

Presidente: Kairós Palestina

Rifat Kassis

Rifat Kassis

Coordenador Geral: Kairós Global em favor da Justiça